

A PM continua brigando pelo policiamento preventivo

Cerca de trezentos policiais militares reuniram-se, ontem à noite, na sede do Clube dos Oficiais, à avenida Santos Dumont, para uma avaliação dos trabalhos que têm sido feitos junto a políticos, no sentido de garantir "os anseios da Corporação na nova Constituição". Os PMs mostraram-se visivelmente irritados com o fato de terem perdido, no texto do projeto, a condição de responsáveis pelo policiamento preventivo. Outra preocupação dos policiais militares está concentrada nas manobras que estão sendo feitas pela Polícia Civil, em Brasília. Afinal, as duas polícias jamais se entenderam e, nos últimos meses, essa diferença tornou-se mais acentuada ainda.

Os coronéis Niomar Cirne Bezerra, diretor de ensino da Polícia Militar, e Francisco Teixeira, subcomandante da PM, conclamaram os praças e outros oficiais a entrarem na luta.

— Temos de seguir uma linha em termos de orientação — disse o coronel Teixeira. "Temos que nos acautelar contra as surpresas

que a Polícia Civil tem na manga do colete, tão logo venha a votação do projeto do seu Cabral.

Ao lado do coronel Teixeira, o coronel Ralph Solimeo — comandante da Polícia Rodoviária —, aconselhou: "Não é momento para procurar atritos com ninguém, nem com a Polícia Civil nem com a imprensa. É momento de diálogo, não é momento de encrenca". Para o coronel Ralph, "é uma aberração a PM ficar restrita apenas ao controle do distúrbio civil que, nesse entendimento canhestro, caracterizaria a única perturbação da ordem pública. Ora, a ordem pública, desde que o Estado existe, caracterizou-se emergencialmente pela proteção à vida e ao patrimônio. Qualquer ato ilegal, perturba a ordem pública".

O coronel Niomar fez questão de dizer que o dinheiro empregado "para manter o nosso lobby está saindo da folha de pagamentos dos próprios policiais, e não sei a origem do dinheiro dos demais lobbies".

— Acho estranho os delegados

de Polícia Civil dizerem que se a PM continuar fazendo o policiamento preventivo, os investigadores vão perder o emprego — acrescentou o coronel Niomar. "Ora, a Polícia Civil tem, por missão básica, investigar os delitos e os escrivães preparam os inquéritos. A gente nota que quem está preocupado em ter o que fazer é o delegado. Estive em Brasília com outros colegas (coronéis Júlio Bono, Rocha Marques e Francisco Teixeira, entre outros) e fizemos esclarecimentos aos membros da Comissão de Sistematização e líderes partidários da impropriedade de se subtrair da PM a atividade de polícia preventiva. Fomos abordados por representantes das carreiras policiais civis que queriam negociar, oferecendo a polícia preventiva à PM, mas queriam ficar com a polícia administrativa, que, na verdade, significa tudo. Evidentemente, tal proposta foi rejeitada. Além disso, os delegados estão seriamente preocupados com a criação da carreira única na Polícia Civil. O texto atual do substitutivo não assegurou qualquer privilégio

aos bacharéis em Direito. Quer dizer: o investigador pode vir chefe de departamento, pode chegar a delegado. A PM quer simplesmente continuar fazendo o que sempre fez: policiamento ostensivo, que é o policiamento preventivo e o repressivo imediato, a manutenção da ordem pública, subordinação ao governo do Estado, manutenção da vinculação à IGPM (Inspetoria Geral das Polícias Militares, órgão do Ministério do Exército)."

O coronel Niomar Cirne Bezerra disse, ainda, que ele e seus colegas conversaram com o deputado Farabulini Júnior, autor da emenda que passou o policiamento preventivo à Polícia Civil. O deputado explicou aos oficiais que o texto original era o seguinte: "Policiamento preventivo em trajes civis". "Subtraíram a expressão trajes civis do texto, deve ter sido alguém da equipe do relator", dizem os coronéis. Ainda segundo o coronel Niomar, o deputado Farabulini garantiu que "vai voltar atrás, uma vez que a emenda foi mutilada".

Fausto Macedo